



UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA – UFDPa
CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO – CMRV
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – CCCC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KAIO EDUARDO DOS SANTOS SILVA
EMANUEL DOURADO DA SILVA
VIRGÍLIO TÁRSIS MAGALHÃES SOUSA

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE AUDITORIA
INFLUENCIAM O DESEMPENHO FINANCEIRO? ANÁLISE NOS BANCOS
BRASILEIROS

PARNAÍBA – PI

2024

**KAIO EDUARDO DOS SANTOS SILVA
EMANUEL DOURADO DA SILVA
VIRGÍLIO TÁRSIS MAGALHÃES SOUSA**

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE AUDITORIA
INFLUENCIAM O DESEMPENHO FINANCEIRO? ANÁLISE NOS BANCOS
BRASILEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Jonas Alves Correia.

PARNAÍBA – PI

2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

S586e Silva, Kaio Eduardo dos Santos
Estrutura de governança corporativa e de auditoria influenciam o desempenho financeiro? Análise nos bancos brasileiros [recurso eletrônico] / Kaio Eduardo dos Santos Silva, Emanuel Dourado da Silva, Virgílio Társis Magalhães Sousa. – 2024.
38 p.
TCC (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2024.
Orientação: Prof. Dr. José Jonas Alves Correia.
1. Governança corporativa. 2. Auditoria. 3. Desempenho financeiro.
I. Correia, José Jonas Alves. II. Título.
CDD: 658.4

**KAIO EDUARDO DOS SANTOS SILVA
EMANUEL DOURADO DA SILVA
VIRGÍLIO TÁRSIS MAGALHÃES SOUSA**

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE AUDITORIA
INFLUENCIAM O DESEMPENHO FINANCEIRO? ANÁLISE NOS BANCOS
BRASILEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Jonas Alves Correia (Orientador)
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDFPar)

Prof. Me. Me. Aldir Dias de Amurim
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDFPar)

Prof. Me. Alex Ferreira Lopes
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDFPar)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, fonte inesgotável de sabedoria e força, por nos guiar e nos sustentar ao longo desta jornada acadêmica. Sua graça e orientação foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Gratidão à nossa família, o amor, apoio incondicional e compreensão foram o alicerce que nos fortaleceram nos momentos desafiadores. Nossa gratidão ao prof. Dr. José Jonas Alves Correia por ter compartilhado seu conhecimento e incentivado nosso desenvolvimento. Suas orientações e dedicação foram essenciais para a nossa formação e para a conclusão deste trabalho. Agradecemos Aos demais discentes, cuja amizade e colaboração tornaram esta jornada mais rica e significativa. Agradecemos à universidade, instituição que proporcionou o ambiente propício para o aprendizado e crescimento acadêmico. As oportunidades oferecidas, os recursos disponíveis e a qualidade do corpo docente contribuíram significativamente para o nosso desenvolvimento.

RESUMO

A Governança Corporativa surge como um conjunto de medidas que asseguram um ambiente favorável para os *Stakeholders*, pois, por meio de um aparato de controle, garante que as companhias sejam geridas de forma responsável e eficiente. A Governança Corporativa é associada positivamente ao valor e ao desempenho financeiro, influenciando a captação de recursos. A auditoria é outra ferramenta que ajuda na redução de riscos para Stakeholders, uma vez que busca garantir que as demonstrações contábeis estão sendo elaboradas de acordo com as normas estabelecidas. Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar a influência da governança corporativa e da auditoria no desempenho financeiro de empresas do setor bancário. Para atingir esse propósito, foi realizado um estudo quantitativo, por meio de regressão linear múltipla, com 19 bancos brasileiros listados na [B]³. Os resultados encontrados mostram que variáveis como tamanho do conselho de administração, nível de governança corporativa, tamanho do conselho fiscal e tamanho do comitê de auditoria influenciam significativamente o desempenho financeiro dos bancos. Assim, esse estudo contribui ao analisar os impactos da governança corporativa e da auditoria em um setor importante para o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Auditoria. Desempenho Financeiro.

ABSTRACT

Corporate Governance appears as a set of measures that ensure a favorable environment for Stakeholders, as, through a control apparatus, it ensures that companies are managed in a responsible and efficient manner. Corporate Governance is positively associated with value and financial performance, influencing fundraising. Auditing is another tool that helps reduce risks for Stakeholders, as it seeks to ensure that the financial statements are being prepared in accordance with established standards. In this context, the present study aims to analyze the influence of corporate governance and auditing on the financial performance of companies in the banking sector. To achieve this purpose, a quantitative study was carried out, using multiple linear regression, with 19 Brazilian banks listed in [B]3. The results found show that variables such as the size of the board of directors, level of corporate governance, size of the supervisory board and size of the audit committee significantly influence the financial performance of banks. Thus, this study contributes by analyzing the impacts of corporate governance and auditing in an important sector for economic development.

Keywords: Corporate Governance. Audit. Financial Performance.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Empresas que compõe a amostra.....	22
Quadro 2 – Indicadores Financeiros e Econômicos.....	23
Quadro 3 – Características de Governança Corporativa.....	24
Quadro 4 – Características de Auditoria.....	24
Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis.....	27
Tabela 2 – Resultados da regressão.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GC	Governança Corporativa
[B] ³	Brasil, Bolsa e Balcão
ROE	<i>Return on Equity</i> (Retorno Sobre o Patrimônio Líquido)
ROA	<i>Return on Asset</i> (Retorno Sobre o Ativo)
OCDE	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i> (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
N1	Nível 1
N2	Nível 2
NM	Novo Mercado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Contextualização da Pesquisa	10
1.2 Objetivos	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	11
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 Justificativa	12
1.4 Estrutura do Trabalho	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES	14
2.1 Desempenho Financeiro	14
2.2 Governança Corporativa	15
2.3 Auditoria	18
3 METODOLOGIA	22
3.1 Classificação	22
3.2 Unidade de Análise, População e Amostra	22
3.3 Coleta dos Dados	23
3.4 Procedimentos de Análise dos Dados	25
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
4.1 Estatística Descritiva	27
4.2 Análise da Regressão Múltipla	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização da Pesquisa

A governança corporativa (GC) é vista como um conjunto de mecanismos que garantem um ambiente institucional protegido para os investidores, por intermédio de uma infraestrutura de qualidade (BATISTELLI *et al.*, 2020). Lameira *et al.* (2007) concluíram que níveis mais elevados de GC impactam positivamente o valor das empresas. Nesse aspecto, os atributos da GC podem se refletir no desempenho das empresas (CATAPAN; COLAUTO; BARROS, 2013).

Custódio *et al.* (2006) ressaltam que o estabelecimento da GC em uma empresa está ligado à cultura empresarial de divulgação de informações amplas e voluntárias. Outro paralelo que pode ser observado é a complexidade organizacional com as boas práticas de GC, de forma direta e positiva (ASSUNÇÃO; DE LUCA; VASCONCELOS, 2015). Sendo assim, quanto melhor for a GC de uma empresa, mais fácil e barato será a captação de recursos de potenciais credores (SENHORAS; TAKEUCHI; TAKEUCHI, 2006).

Em conjunto com variáveis de mercado e da informação contábil, a GC pode ser utilizada para mensurar a qualidade da auditoria de uma empresa (BRAUNBECK, 2010). Santos (2011) define a auditoria como a técnica contábil que examina documentos, livros, registros, faz inspeções para obter informações e confirmações internas e externas. Sant'ana (2019) conclui que a qualidade de auditoria é a dimensão que tem mais relevância para melhores práticas de GC e que essas práticas influenciam o valor de mercado das empresas.

A auditoria também ajuda na redução de riscos dos investidores uma vez que auxilia na tomada de decisão (BOYNTON; JOHNSON E KELL, 2002). Attie (2012) afirma que a auditoria se faz necessária no âmbito administrativo da empresa para que essa possa estar atuando de forma eficiente. Para Franco e Marra (2009), o parecer de auditoria deve ser apresentado de forma clara e objetiva, sem omissão de informações relevantes, de forma a não acarretar prejuízos aos usuários das demonstrações. Assim, a melhor maneira de um investidor conhecer a realidade financeira de uma empresa é por meio das demonstrações contábeis (ALMEIDA, 2012), uma vez que a auditoria garante segurança a esses documentos, reduzindo a possibilidade de manipulação (HEALY; PALELU, 2001).

A identificação de fatores específicos das firmas e seus respectivos efeitos possibilitam a compreensão do desempenho empresarial (BOWMAN; HELFAT, 2001; MISANGYI *et al.*, 2006, apud LOUZADA, 2015). Mohammadi *et al.* (2014), identificaram que as empresas que

praticam uma melhor GC têm melhores performances. Ademais, quanto melhor a qualidade nos trabalhos de auditoria, mais eficiente se torna a empresa (URIBE-BOHORQUEZ *et al.*, 2018). Conseqüentemente, as organizações dependem da eficiência de vários mecanismos que estejam vinculados a fatores institucionais para manter o seu desempenho (AL-BAIDHANI, 2014).

Neste discurso, é relevante salutar que a GC cresceu e se tornou o foco da área de gestão das companhias ao decorrer do tempo, essa evolução acelerou-se com escândalos como das empresas Enron, Worldcom e Xerox (Silveira, 2004). Ademais, essa ascensão pode ser vista no crescimento consistente da produção científica sobre o tema (RIBEIRO; SANTOS, 2015). No campo da auditoria, ressalta-se a contribuição positiva de se analisar características que a influenciam (CUNHA *et al.*, 2014), já que a qualidade da informação diminui a assimetria informacional (CHANEY; FACCIO E PARSLEY, 2011).

Nesse contexto, Almeida *et al.* (2018) destacam que um maior índice de GC aumenta indicadores de desempenho financeiro. Ademais, práticas de GC são mais eficientes contra a falência (MARTINS; VENTURA JUNIOR, 2020). Investigando o impacto da auditoria nas corporações, Santos e Myszak (2019) inferiram que o comitê de auditoria influencia o desempenho das companhias. Por fim, a implementação da governança nas organizações e a constituição de comitês de auditoria externa melhoram o processo de transparência nas firmas e os indicadores financeiros (BATISTELLA; KRUGER E MOURA, 2022).

Em consonância com outros trabalhos, Sant'Ana (2019) encontra uma relação positiva entre a qualidade da auditoria, a estrutura de GC e o desempenho empresarial, porém, sua amostra não inclui empresas do setor bancário. Dessa forma, dentro desta lacuna, formula-se a seguinte questão de pesquisa para nortear o estudo: **Qual a influência das características da governança corporativa e da auditoria no desempenho financeiro dos bancos brasileiros listados na Brasil, Bolsa e Balcão [B]³?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a influência das características da governança corporativa e da auditoria no desempenho financeiro dos bancos brasileiro listados na [B]³.

1.2.2 Objetivos Específicos

Objetivo específico 1: Encontrar variáveis de GC e auditoria analisadas em trabalhos anteriores.

Objetivo específico 2: Analisar os formulários de referência, os relatórios de auditoria e os pareceres de auditoria das empresas da amostra.

Objetivo específico 3: Coletar os indicadores financeiros das empresas da amostra.

Objetivo específico 4: Explorar a influência da GC e auditoria no desempenho dos bancos por meio de regressão múltipla com dados em painel.

1.3 Justificativa

Sant'Ana (2019) demonstra a importância de trabalhos que analisam a inserção das características das auditorias na mensuração das práticas de governança e a relação com o desempenho. Mas, não analisa a relação em empresas do setor financeiro. Assim, o presente trabalho complementa a lacuna teórica de pesquisa, colabora com a progressão do conhecimento e incentiva futuras pesquisas que aprimorem os estudos existentes.

Há também outras motivações que justificam o estudo. Pois, os resultados do trabalho contribuem especialmente com agentes do mercado financeiro, como possíveis investidores e acionistas minoritários, os quais têm interesse nos resultados das empresas que investem seus recursos (CHIAPPIN, 2016). Também, o trabalho, em conformidade com Silva (2017), favorece outros usuários da informação e interessados no tema, tendo como parâmetro outros estudos realizados.

Ademais, o trabalho visa contribuir para o enriquecimento e evolução do tema. Já que, segundo Batistelli et al. (2020), não há um acordo entre os pesquisadores da área, devido ao fato que os resultados das investigações já realizadas apresentaram divergências. Enquanto, determinados pesquisadores demonstraram que existe relevante influência da GC e da auditoria no desempenho das organizações (BLACK; JANG; KIM, 2012; MACEDO; CORRAR, 2012; BARROS; SILVA; VOESE, 2015); outros concluíram que essa influência no desempenho é baixa (SILVEIRA, 2004; COSTA, 2008).

Outrossim, Kallamu e Saat (2015) encontraram características nas auditorias que apresentam relação positiva com rentabilidade. Além disso, Carpes Dani et al. (2019) destacam fatores nas governanças que influenciam positivamente e negativamente a performance das empresas. Nesta conjuntura, a pesquisa contribui ao se aprofundar em resultados encontrados

em estudos anteriores e, como diferencial, investiga características de empresas do segmento bancário.

É objetivo até 2030 promover o crescimento econômico sustentável, emprego produtivo e trabalho decente para todos (ONU, 2015). Em termos sociais, o estudo contribui ao analisar o impacto de boas práticas de GC, que promovem o desenvolvimento sustentável, no desempenho das empresas. Assim, incentivando a adoção dessas práticas.

1.4 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho é dividido em cinco capítulos, o capítulo I busca contextualizar e problematizar a pesquisa. Além disso, apresenta-se a lacuna de pesquisa, a pergunta da pesquisa, os objetivos e a justificativa do trabalho. O capítulo II é o Referencial Teórico e a construção das hipóteses o qual se aprofunda nos conceitos de desempenho financeiro, Governança Corporativa e auditoria. Ademais, nesse capítulo, são elaboradas as hipóteses a serem testadas.

O capítulo III são os procedimentos metodológicos os quais discorrem sobre a metodologia empregada na pesquisa. Nesse capítulo, são apresentadas a população, a amostra, as ferramentas para coleta de dados e como os dados serão analisados. O capítulo IV é a apresentação e análise dos resultados encontrados. Por fim, o capítulo V apresenta as considerações finais, seguidas pelas referências utilizadas nas pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES

2.1 Desempenho Financeiro

Segundo Flach, Castro e Mattos (2017), os índices financeiros podem ser considerados uma das mais notáveis formas de avaliação de desempenho das entidades. Além disso, eles permitem comparar empresas do mesmo segmento, bem como analisar os resultados de determinado setor e evidenciar tendências (BORGES; BENEDICTO; CARVALHO, 2014; SABADIN, 2016). Portanto, ao identificá-los, é possível mensurar o resultado organizacional e, conseqüentemente, tornar o processo de tomada de decisão mais correto e direcionado para o alcance dos objetivos empresariais (GONZALES *et al.*, 2017).

Os índices de desempenho financeiro mostram a situação da empresa e estão relacionados com os resultados, geralmente representados pelos índices de rentabilidade (SOUSA, 2022). Segundo Foster (1986), os indicadores se traduzem como uma forma de representar e analisar as demonstrações financeiras de uma organização. Outrossim, decidir quais índices utilizar envolve uma seleção de alternativas entre várias, cuja escolha depende do grau de racionalidade e objetividade do tomador de decisão (LYRA, 2008).

De acordo com Padoveze e Benedicto (2010), a análise da rentabilidade objetiva calcular a taxa de retorno dos investimentos realizados na companhia e entender os fatores que acarretaram tal rentabilidade. Para Matarazzo (2003), o indicador retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) constata se a organização possui rentabilidade superior ou inferior às alternativas disponíveis, por meio da comparação entre a taxa de rendimento do capital próprio e a de rendimentos alternativos no mercado. O retorno sobre o ativo (ROA), outro indicador, é um dos principais coeficientes individuais da análise de indicadores (FERNANDES; DIAS; CUNHA, 2010) e representa o valor de retorno sobre o capital que foi aplicado inicialmente pela empresa (WERNKE, 2008).

Para análise do setor bancário, o índice Basileia tem a intenção de manter o capital dos bancos em um nível adequado (SBÂRCEA, 2014). Esse índice foi introduzido pelo acordo de Basileia I e é um indicador financeiro que mede a relação entre o Patrimônio de Referência de uma instituição e os seus ativos ponderados pelo risco (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013). Segundo Bateni *et al.* (2014), esse índice promove estabilidade e segurança para o sistema financeiro. Conforme o comitê de Basileia (2019), recomenda-se um indicador de no mínimo 8%.

Logo, embora se reconheça a possibilidade da utilização de diversos índices, não existe na literatura um consenso sobre os mais assertivos (TEIXEIRA; AMARO, 2013). Nesse

sentido, Nicoleta-Cornelia *et al.* (2012) salientam que o objetivo mais importante de tal análise é conceder aos seus usuários uma melhor compreensão da realidade da companhia, tendo como intuito o subsídio de decisões posteriores.

2.2 Governança Corporativa

A Governança Corporativa (GC) indica práticas e procedimentos a serem implementados pelas empresas, a fim de que os interesses dos *stakeholders* sejam atendidos (RASHID, 2018). De forma mais detalhada, a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OCDE) define a GC como o relacionamento entre investidores, executivos, conselheiros e outros *stakeholders*, uma estrutura na qual os objetivos são definidos e o desempenho é monitorado (NOGA; RIBEIRO; GERIGK, 2021). Silva e Seibert (2015) afirmam que apesar da existência de diversos conceitos, todos enxergam na GC um instrumento de proteção, atenuando o conflito de interesses e a assimetria informacional.

No contexto histórico, o tema GC é considerado relativamente recente, dado ao surgimento dessa expressão no início dos anos 1980 (FREIRE; SEIBERT, 2015). Todavia, documentos de 1600, sobre a Companhia das Índias Orientais, revelam cláusulas que buscavam impor regras de transparência, auditorias financeiras e constituição de conselhos similares aos atuais conselhos de administração e fiscais (BRAMONT, 2012). No entanto, ainda que a GC tenha surgido há alguns séculos, ela se tornou dominante e disseminada no mundo dos negócios a partir do século XX (MASSI, 2016).

Segundo Cândido (2019), a disseminação da boa GC no mundo aconteceu nos meados dos anos 1990, com o início do movimento em prol, estabelecido primordialmente nos Estados Unidos. No Brasil, em 1995, foi criado Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) com o intuito de aprimorar os padrões de GC no país. Ademais, em 1999 foi lançada a primeira versão do Código de Práticas de GC do IBGC voltada essencialmente para os conselhos das empresas (SILVA; SEIBERT, 2015). Ao longo do tempo, o código passou a ser constituído por seis partes: propriedade, conselho de administração, gestão, auditoria independente, conselho fiscal, conduta e conflito de interesses (IBGC, 2009).

Rossetti e Andrade (2007) destacam que um bom sistema de GC auxilia as organizações em suas competências e desenvolve estratégias que criam valores corporativos, melhorando os resultados. Assim, as boas práticas de GC estão vinculadas com melhores decisões tomadas e que estejam em concordância com diferentes interesses da sociedade como um todo (MATIAS-PEREIRA, 2010). Portanto, a GC estabelece papel importante no processo de gestão, uma vez

que suas práticas apresentam transparência nas decisões apresentadas para o público em geral (SOUZA; BAUER; COLLETI, 2020).

Marcassa (2000) relata a necessidades de instituições financeiras possuírem um sistema forte de GC. Nesta linha, Haan e Vlahu (2016) mostram fatores que impactam a GC dessas instituições como: regulação; a estrutura de capital dos bancos; a complexidade e capacidade de seus negócios. Prowse (1997) argumenta que a GC atenua a manipulação de resultados por meio do monitoramento e da supervisão das atividades. Dessa forma, impactando positivamente o desempenho empresarial (OLIVEIRA; SILVA, 2004).

Para Silva *et al.* (2018), as principais práticas de GC podem ser observadas ao analisar a composição do conselho de administração, a estrutura de propriedade e controle, as políticas de proteção e os mecanismos de compensação aos gestores. Conforme o IBGC (2015), a política de transparência das empresas é uma prática necessária que reduz o conflito de interesses; assim, fomentando a consolidação de uma boa GC. Ademais, Sant'ana (2019) demonstra que a qualidade da auditoria é um dos componentes da política de GC que as empresas adotam.

Explorando as características das políticas de GC, a criação de um comitê de auditoria independente e o tamanho do conselho de administração aumentam a qualidade da informação reportada aos *stakeholders* (AHMED; HENRY, 2012). Na estrutura de propriedade e controle, há elevada concentração acionária no Brasil e os principais conflitos de GC decorrem da sobreposição dos acionistas majoritários aos minoritários (SILVEIRA, 2015).

Para avaliar a GC das empresas, a Brasil, Bolsa, Balcão (B3) criou os níveis diferenciados de GC, que estão divididos em: Nível 1 (N1), Nível 2 (N2) e Novo Mercado (NM) (MENEZES SILVA *et al.*, 2016). Segundo Silva, Nardi e Tabajara Junior (2011), cada nível possui exigências que podem ser consideradas como boas práticas de GC e quanto maior o número de regras seguidas, melhor o nível da empresa. Para Duarte (2008), tais segmentos tiveram como propósito estabelecer um espaço de negociação que estimulasse as intenções dos investidores, por meio da disponibilização de informações com maior padrão de qualidade.

Sobre a influência da estrutura de GC no resultado das empresas, Silveira (2002) ressalta que quando os cargos de diretor executivo e presidência do conselho são ocupados por pessoas diferentes, o desempenho é impactado positivamente. Ademais, Ferreira (2012) demonstra que a mesma pessoa ocupando as funções de diretor executivo e presidente do conselho afeta negativamente a eficiência da empresa. Assim, formula-se a hipótese de que:

H1: Existe uma relação positiva e significativa entre a dualidade das funções do CEO e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

O conselho de administração possui a função de evitar problemas que podem surgir devido a mudanças na propriedade e no controle (LEAL; OLIVEIRA, 2002). Sua estrutura afeta a performance da companhia (SANT'ANNA, 2019). Asim, Andrade *et al.* (2009) mostram que quanto maior número de conselheiros melhor o desempenho financeiro. De forma divergente, Ujunwa (2012) evidenciam resultados que implicam em influência negativa do tamanho do conselho de administração na performance financeira.

Em decorrência de incongruências de resultados sobre a influência do tamanho do conselho de administração no desempenho financeiro, apresenta-se como hipótese somente a relação significativa entre estes fenômenos, não destacando sinais positivos ou negativos esperados, uma vez que esta relação ainda se encontra divergente. Dessa maneira, elenca-se a hipótese da pesquisa:

H2: Existe uma relação significativa entre o tamanho do conselho de administração e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

A independência do conselho de administração é um dos principais mecanismos para a redução do conflito de interesses entre acionistas e gestores (SILVEIRA, 2004). Dessa forma, o nível de independência afeta diretamente a atuação do conselho. Em relação ao impacto nos resultados financeiros, pesquisas anteriores (HERMALIN; MICHAEL, 2003; GAUR; BATHULA; SINGH 2015) encontram que a composição do conselho não afeta os resultados. Porém, outros achados (DANI *et al.*, 2017; WHABA, 2015) inferem uma relação negativa e significativa entre independência dos conselheiros e desempenho. Nesse contexto, desenvolvem-se a seguinte hipótese:

H3: Existe uma relação negativa e significativa entre a independência do conselho e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

Em relação aos níveis de governança corporativa, Almeida *et al.* (2018) apontam resultados inferindo que o nível de GC de uma empresa influencia variáveis de desempenho como o ROA. No entanto, Tavares e Penedo (2018) inferem que empresas que pertencem a níveis maiores de GC não apresentam desempenho superiores àquelas que não se enquadram a esses níveis. Dessa forma, surge a hipótese de que:

H4: Existe uma relação positiva e significativa entre o nível de governança corporativa e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

O conselho fiscal auxilia na regulação dos controles internos, do planejamento estratégico e do orçamento (LAMB, 2002). Assim, esse órgão tem papel fundamental para assegurar a transparência dos resultados (IBGC, 2015). Peleias *et al.* (2009) afirmam que o conselho fiscal não intervém nos negócios das empresas, tampouco em assuntos estratégicos, assim, não influenciando a performance empresarial. Todavia, Toigo *et al.* (2018) ressaltam que o aumento do conselho fiscal é benéfico à GC, melhorando o desempenho empresarial. Nesse contexto, percebe-se que o aumento da quantidade de membros que compõem o conselho pode não influenciar, outrora influenciar positivamente, sugerindo a construção de uma hipótese neutra para estudo, apontando que:

H5: Existe uma relação significativa entre o tamanho do conselho de fiscal e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

Sobre a diversidade de gênero no conselho de administração, Silva e Martins (2015) encontram que as empresas com maior participação feminina no de conselho de administração apresentam aumento do desempenho financeiro. Entretanto, estudos (AKPAN; AMRAM, 2014; DARMADI, 2011) constataam que o desempenho tem associações negativas e significativas com a diversidade de gênero no conselho. Por conseguinte, formula-se a hipótese:

H6: Existe uma relação significativa entre a diversidade de gênero no conselho de administração e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

2.3 Auditoria

A auditoria pode ser definida como a verificação de procedimentos, operações, transações e documentos das empresas com o intuito de descobrir a veracidade dos registros contábeis (GOMES; ARAÚJO; BARBOSA, 2009). Coelho e Ribeiro (2013) consideram que o objetivo da auditoria é o aumento de confiança dos usuários em relação às informações divulgadas pela entidade. O auditor contábil é o responsável por alcançar esse objetivo e, ao dar o seu parecer, consegue moldar a qualidade dos demonstrativos (IBRACON, 1998).

A classificação da auditoria não é considerada algo unânime entre os estudiosos considerando sua vasta quantidade de tipificações (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETTO, 2017). Contudo, diversos autores (ATTIE, 1992; JUND, 2007; SAMMOUR; CINTRA, 2019) categorizam a auditoria em interna e externa, ressaltando a importância de suas atividades para o efetivo empenho da entidade. Almeida (2012) chama a atenção para a similaridade entre os

processos utilizados pelos dois tipos, porém, afirma que existem diferenças tanto em sua função como na do auditor específico de cada uma.

A auditoria interna é uma atividade de avaliação das operações contábeis internas e de assessoramento realizada pela própria administração da empresa (DINIZ FILHO; OLIVEIRA, 1981; RIBEIRO, 2016). De acordo com Almeida (2008), a presença da auditoria interna melhora a eficiência dos processos e operações, assim, auxiliando a empresa a atingir as metas organizacionais. Entretanto, Rosário e Everton (2010) salientam que a comunicação de eventuais limitações e a extensão das responsabilidades dos auditores devem ser praticadas para evitar futuros riscos à organização.

Por sua vez, a auditoria externa remonta ao fato de que o auditor responsável pela verificação dos documentos não apresenta vínculo com a entidade a qual presta seu serviço (CREPALDI, 2000). Para Castelli (2002), a finalidade da auditoria externa é expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da empresa auditada em relação ao cumprimento das normas impostas pelas instituições reguladoras. A responsabilidade incumbida ao auditor independente é respaldada na capacidade dele de entender a atividade que a empresa auditada exerce mercado (CAVALCANTI, 2007).

A partir do relatório de auditoria externa, os *stakeholders* buscam segurança em relação as informações contábeis, assim, depositando no trabalho de auditoria a confiança sobre os resultados apresentados pelas organizações (LONGO, 2011). Dessa forma, por meio do relatório, o auditor melhora a transparência das empresas, auxiliando na tomada de decisão de investidores (HELIODORO; CARREIRA, 2012). Portanto, o relatório do auditor se converte em um canal de transmissão de informação confiável, atenuando a assimetria informacional (MELUMAD; THOMAS, 1990).

Quanto as características, a NBC TA 700 determina que o relatório deve ser composto de itens como responsabilidade da administração, responsabilidade do auditor, opinião do auditor, principais assuntos de auditoria, parágrafos de ênfase. De acordo com o desenvolvimento do trabalho, o auditor emite o parecer, esse podendo ser sem ressalva, com ressalva, adverso ou com abstenção de opinião (SANTOS; OLIVEIRA; CONCEIÇÃO; 2018). A elaboração do Parecer é o objetivo final do auditor ao executar todo o trabalho de auditoria (SANTOS; PEREIRA, 2004).

Conforme a norma de auditoria independente, NBC TA 11, o parecer sem ressalva mostra que as demonstrações foram elaboradas de acordo com as políticas adotadas. Já o parecer com ressalva ocorre quando se obtém evidência de que as distorções encontradas nas demonstrações são relevantes, mas não generalizadas (NBC TA 700, 2016). O parecer adverso

evidência que as demonstrações não estão adequadamente apresentadas (LINS, 2014). Por fim, o parecer com abstenção de opinião ocorre quando o auditor não tem evidências suficientes que o permita opinar sobre as demonstrações da empresa auditada (ALMEIDA, 2012).

Sobre a importância da auditoria interna, Pereira e Nascimento (2005) constatam que ela é capaz de detectar fraudes, independentemente do tipo. Além disso, Paula (1999, p. 40), ressalta que a auditoria interna leva ao conhecimento do retrato fiel do desempenho da empresa, seus problemas, pontos críticos e necessidades, sugerindo soluções. Em relação à auditoria externa, Souza (2016) afirma que ela exerce papel importante na fiscalização dos gestores; assim, minimizando os custos de agência. Ademais, a auditoria externa acrescenta valor, confiança e credibilidade às informações contábeis, por meio da emissão de um relatório que represente de forma legítima a situação financeira e patrimonial (MOREIRA *et al.*, 2015).

O comitê de auditoria é responsável por assegurar a integridade e a tempestividade das informações financeiras, bem como os interesses de acionistas e outros *stakeholders* (IBGC, 2010). Bouaziz (2014) identifica que o seu tamanho tem impacto significativo em variáveis de desempenho como ROE e ROA. Outrossim, Diniz Filho e Souza (2018) encontraram que o tamanho do comitê impacta positivamente os resultados de empresas do setor financeiro. Assim, elenca-se a seguinte hipótese:

H7: Existe uma relação positiva e significativa entre o tamanho do comitê de auditoria e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

Sobre o impacto dos tipos de pareceres de auditoria nas performances, De Arruda *et al.* (2012) não encontram uma relação significativa entre o tipo de parecer, sem ressalva ou não, e a performance das empresas. Além disso, Batista *et al.* (2009) identificam que a divulgação do tipo de parecer de auditoria não afeta indicadores financeiros de empresas de capital aberto. Portanto, desenvolve-se a seguinte hipótese:

H8: Não existe uma relação significativa entre o tipo de parecer de auditoria e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

O *delay* de auditoria refere-se ao fechamento do exercício social e a data de entrega do parecer do auditor externo (PEREIRA; COSTA, 2012). Sobre o impacto na performance, há uma relação positiva entre o *delay* de auditoria e o desempenho das empresas, decorrente do fato que gestores podem segurar a informação por mais tempo para evitar flutuações no mercado (YAGUI; NARDI, 2021). Ademais, empresas com desempenho superior têm maiores

volumes de negócios, assim, elevando o *delay* de auditoria (TEIXEIRA; TEIXEIRA; TEIXEIRA, 2017). Dessa forma, é elaborada a seguinte hipótese:

H9: Existe uma relação positiva e significativa entre o *delay* de auditoria e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação

A pesquisa é exploratória, pois, procura conhecer as características de um fenômeno e explicar as causas e consequências desse fenômeno (RICHARDSON, 1989). Ademais, busca aumentar o grau de familiaridade do fenômeno estudado, estabelecendo prioridades (SAMPIERI *et al.*, 1991). Assim, auxiliando no desenvolvimento de pesquisas posteriores (THEODORSON; THEODORSON, 1970).

Tratando-se da abordagem, consiste em uma pesquisa quantitativa, pois caracteriza-se pelo emprego da quantificação de variáveis para compreender a existência de fenômenos (RICHARDSON, 1989). Dessa forma, visa mostrar tendências observáveis examinando a relação entre variáveis (CRESWELL; CRESWELL, 2021).

3.2 Unidade de Análise, População e Amostra

A pesquisa foi feita com empresas brasileiras que possuem o capital aberto, a escolha acontece, pois, essas empresas têm obrigações legais e incentivos a divulgarem informações sobre suas situações econômica e financeira e sobre suas políticas de GC e auditoria perante os *stakeholders* (HEALY; PALEPU, 2001). Assim, facilitando a coleta de dados para o desenvolvimento do estudo. Além disso, essas empresas têm políticas de GC mais robustas e em melhor nível (SANTIAGO, 2019).

A população foi formada por empresas listadas na [B]³ que fazem parte do setor bancário, ou seja, 28 empresas. A amostra, disponível no Quadro 1, se caracteriza como não-probabilística por conveniência e foi composta pelos bancos que abriram capital antes de 2017 e que divulgaram informações sobre GC e auditoria durante todo o período analisado. Ademais, foram retiradas da amostra as *holdings*. Assim, foram analisadas as estruturas de 19 bancos, ou seja, 68% da população.

Quadro 1 – Empresas que compõem a amostra

AMOSTRA DA PESQUISA			
1	Banco Alfa	11	Banco BMG
2	Banco Bradesco	12	Banco da Amazonia
3	Banco de Brasília	13	Banco do Brasil
4	Banco do Nordeste	14	Banco Mercantil do Brasil
5	Banco Mercantil de Investimentos	15	Banco PAN
6	Banese	16	Banco Santander

7	Banco Pine	17	Paraná Banco
8	Banestes	18	BTG Pactual
9	Banrisul	19	Banco ABC Brasil
10	Itaú Unibanco		

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O setor bancário é um dos que mais impactam o ambiente econômico (BLANCHARD, 2007). Os bancos se caracterizam por converter as poupanças em investimentos, transferindo recursos dos poupadores para aqueles que desejam consumir (TECLES; TABAK, 2010). Assim, essas instituições estimulam o crescimento econômico e o desenvolvimento da sociedade (GALEANO; FEIJÓ, 2012).

3.3 Coleta dos Dados

A coleta de dados ocorreu em duas etapas: I) coleta de dados sobre índices financeiros; e II) coleta de informações sobre as variáveis de GC e auditoria. Na primeira etapa, foram coletados em setembro de 2023 os indicadores disponíveis no Quadro 2. Os indicadores foram coletados na plataforma Economática, a qual disponibiliza dados das empresas listadas na [B]³ e seus comportamentos ao longo do tempo. Ademais, foi usado o indicador Índice de Basileia divulgados pelos bancos em documentos denominados gerenciamento de risco.

Quadro 2 – Indicadores financeiros e econômicos

INDICADOR	FÓRMULA	ANÁLISE DO INDICADOR	FONTES
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$\text{Lucro Líquido} \div \text{PL} \times 100\% = \text{ROE}$	Quanto maior, melhor para empresa	(TRUJILLO-PONCE, 2013)
Retorno sobre o Ativo (ROA)	$\text{Lucro Líquido} \div \text{Ativo Total} \times 100\% = \text{ROA}$	Quanto maior, melhor para empresa	(GARCÍA-HERRERO; GAVILÁ; SANTABÁRBARA, 2009)
Índice Basileia	$\text{Patrimônio de referência} \div \text{ativos ponderados pelo risco} = \text{Índice Basileia}$	Deve ser acima de 8%	(BRASIL, 2023)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Para cumprir a segunda etapa, trabalhos anteriores (WILD, 1996; BATISTA *et al.*, 2010; CORREIA; AMARAL; LOUVET, 2014; CARMONA; FUENTES; RUIZ, 2016; DANI *et al.*, 2017; CIAVATTINI *et al.*, 2020; BATISTELLA; KRUGER; MOURA, 2022), ao analisarem o impacto da GC e da auditoria nas companhias, encontraram características que

podem ser observadas para uma melhor compreensão das estruturas adotadas pelas empresas. As características de GC estão disponíveis no Quadro 3.

Quadro 3 - Características de Governança Corporativa

CARACTERÍSTICA	ANÁLISE	FONTES
Dualidade de funções do CEO (DCEO)	Dummy : “1” caso o diretor presidente também ocupe a cadeira de presidente do conselho e, caso contrário, “0”.	(CORREIA; AMARAL; LOUVET, 2014)
Tamanho do conselho de administração (CADM)	Número total de membros efetivos do conselho de Administração presidente do conselho considerado membro efetivo.	(DANI <i>et al.</i> , 2017)
Independência do Conselho (IDEC)	Razão dos membros do conselho não executivo em relação ao número total de membros efetivos do conselho.	(CORREIA; AMARAL; LOUVET, 2014)
Nível de Governança Corporativa (NGC)	Verificar em qual nível de GC da B3 a empresa se encontra. Dummy : “1” caso esteja no nível 1; e, caso contrário, “0”.	(BATISTELLA; KRUGER; MOURA, 2022)
Tamanho do conselho fiscal (CFIS)	Número total de membros efetivos do conselho de Fiscal.	(BATISTELLA; KRUGER; MOURA, 2022)
Diversidade de Gênero (DIGE)	Proporção de membros efetivos do conselho de administração que são mulheres.	CARMONA; FUENTES; RUIZ, 2016

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os dados de cada empresa referentes as características do Quadro 3 foram coletadas em setembro de 2023, por meio dos formulários de referência disponíveis no *site* Sistemas CVM. As características de auditoria estão disponibilizadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Características de auditoria

CARACTERÍSTICA	ANÁLISE	FONTES
Tamanho do comitê de auditoria interna (CAUD)	Número total de membros no comitê de auditoria interna.	(WILD, 1996)
Tipo de parecer de auditoria (TPAR)	Verificar a presença de pareceres com ressalva e sem ressalva no relatório de auditoria. Dummy : “1” caso seja parecer sem ressalva; e, caso contrário, “0”.	(BATISTA <i>et al.</i> , 2010;)
Delay de auditoria (em dias) (DAUD)	Tempo entre o fim do período contábil e a divulgação do relatório de auditoria.	(CIAVATTINI <i>et al.</i> , 2020)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As características do Quadro 4 foram coletadas em setembro de 2023, por meio dos formulários de referências disponíveis no *site* Sistemas CVM e pelos relatórios e pareceres de auditoria disponibilizados pelas empresas no *site* da [B]³.

3.4 Procedimentos de Análise dos Dados

Inicialmente, realizou-se o tratamento dos dados com intuito de deixá-los consistentes para a etapa da análise. Os dados finais observados foram administrados de 19 empresas, distribuídos em 6 unidades de corte transversal, totalizando 141 observações por variável em painel balanceado, com existência da mesma quantidade de dados observáveis para todas as variáveis. O empilhamento dos dados possibilitou entender o comportamento das variáveis diante do seu corte temporal (PINDYCK; RUBINFELD, 2004), compreendido entre os anos 2017 a 2022.

Desse modo, alinhado ao objetivo de verificar como as características da governança corporativa e da auditoria influenciam no desempenho financeiro dos bancos brasileiros listados na [B]3, estimou-se um modelo econométrico, como apontado na Equação 1:

$$DFin_{it} = \beta_0 + \beta_1 DCEO_{it} + \beta_2 CADM_{it} + \beta_3 IDEC_{it} + \beta_4 NGC_{it} + \beta_5 CFIS_{it} + \beta_6 DIGE_{it} + \beta_7 CAUD_{it} + \beta_8 TPAR_{it} + \beta_9 DAUD_{it} + \mu_{it}$$

Onde:

$DFin_{it}$ = desempenho financeiro da empresa i no ano t ;

i = empresa (banco) analisada;

t = ano dos dados;

β_0 = constante do modelo de regressão;

μ_{it} = erro estocástico do modelo;

β_1 a β_9 = são os coeficientes angulares das variáveis independentes (variáveis preditoras) do modelo de regressão

$DCEO$ é a dualidade de funções do CEO; $CADM$ é o tamanho do conselho de administração; $IDEC$ é a independência do conselho; NGC é o nível de governança corporativa; $CFIS$ é o tamanho do conselho fiscal; $DIGE$ é a diversidade de gênero; $CAUD$ é o tamanho do comitê de auditoria interna; $TPAR$ é o tipo de parecer de auditoria; e $DAUD$ é o *delay* de auditoria (em dias).

Para analisar o modelo acima descrito, utilizou-se da regressão linear múltipla. Conforme Gujarati e Porter (2011), a análise de regressão múltipla é um conjunto complexo de técnicas estatísticas utilizadas objetivando modelar relações entre variáveis e predizer o valor de uma ou mais variáveis dependentes (preditoras) a partir de um conjunto de variáveis independentes. Adotou-se nesta investigação como estimar da regressão, o mais conhecido na

visão de Malbouisson e Tiryki (2017), que é o estimador de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

De acordo com Gujarati e Porter (2011), para que sejam aceitas as funcionalidades do modelo proposto na regressão múltipla a ser analisado, é preciso que alguns pressupostos sejam observados e atendidos, tais como; a normalidade dos resíduos, que foi verificada por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov (KS); a multicolinearidade, examinada pelo teste de *Variance Inflation Factor* (VIF); e a independência dos resíduos, observada pelo teste de Durbin-Watson. A análise dos dados contou com auxílio da ferramenta Excel do pacote da Microsoft, e ainda, com o software IBM SPSS *Statistics* versão 25.0.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo busca analisar e discutir os resultados da investigação, apresentando inicialmente a estatística descritiva das variáveis (dependente e independentes, excetuando as dicotômicas) e, posteriormente, a análise dos resultados da regressão linear múltipla estimada pelo MQO.

4.1 Estatística Descritiva

Nesta seção apresenta-se as estatísticas descritivas da variável dependente (desempenho financeiro) e das variáveis independentes (tamanho do conselho de administração, independência do conselho, tamanho do conselho fiscal, diversidade de gênero, tamanho do comitê de auditoria interna e *delay* de auditoria) de 19 bancos listados na bolsa de valores brasileira, durante o período de seis anos (2017 a 2022).

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis (n=114)

Estatística Descritiva				
Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
DFin	11,110	25,370	15,713	2,764
CADM	3	16	7,910	2,588
IDEC	0,000	0,625	0,222	0,191
CFIS	0	10	3,690	2,461
DIGE	0,000	0,625	0,109	0,136
CAUD	0	7	3,320	1,185
DAUD	30	291	71,74	46,028

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Analisando-se a Tabela 1, é possível visualizar que a variável com maior discrepância entre seu valor mínimo e máximo é a DAUD (*delay* de auditoria). Tal fato pode ter sido consequência de fatores, tais como, a mudança de políticas contábeis por parte das companhias e a falta de contingente no comitê destinado a auditoria. Nota-se também, no tocante a variável CFIS (tamanho do conselho fiscal), houve casos em que sua composição estava zerada, o que sinaliza que alguns bancos consideraram desnecessário o seu funcionamento, optando assim por desativá-lo, visto que, a existência de um conselho fiscal é considerada obrigatória em uma sociedade anônima, porém seu funcionamento é facultativo.

Os valores mínimo e máximo relacionados aos integrantes da variável independente CADM (tamanho do conselho de administração), devem-se ao fato de que, em períodos

isolados, os conselhos passaram por uma reformulação, o que levou a uma variação discrepante da quantidade de membros do conselho. Por isso, a maioria dos dados analisados da variável CADM estão mais próximos da média ao invés dos valores extremos (mínimo/máximo). Em relação ao DIGE (diversidade de gênero), nota-se (como demonstra a média) que, em boa parte das situações, existe uma proporção baixa de mulheres compondo o conselho de administração, tal situação pode ter sido causada por questões sociais, visto que, na sociedade em geral, há pouca representatividade feminina em posições de maior relevância nas empresas.

A variável IDEC (independência do conselho de administração) segue quase que o mesmo padrão da variável DIGE, uma vez que existe uma obrigatoriedade por lei de no mínimo 25% do conselho ser composto por membros independentes, a maioria dos bancos analisados buscam manter essa quantidade para não correrem o risco de serem autuados pelos órgãos competentes, como é perceptível pela média encontrada. A média encontrada para a variável CAUD (tamanho do comitê de auditoria interna) simboliza que os bancos optam por comitês mais restritos com menos participantes ou apenas com o necessário para sua existência.

4.2 Análise da Regressão Múltipla

Nesta seção apresenta-se a estimação da regressão linear múltipla, considerando o período de 2017 a 2022, de forma a avaliar o efeito das características da governança corporativa e de auditoria no desempenho financeiro dos 19 bancos brasileiros analisados nesta pesquisa. Consonante com o que advogam Gujarati e Porter (2011), antes de apresentar os resultados da regressão é crucial reportar se foi verificado o atendimento dos pressupostos estabelecidos para a análise. O primeiro pressuposto analisado foi o de normalidade, o qual foi avaliado por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov ($KS = 0,061$ e $p\text{-valor} = 0,200$), tendo como resultado uma normalidade dos dados, pois o $p\text{-valor} > 0,05$ (FIELD, 2009).

Outro pressuposto analisado foi o da multicolinearidade, testada por meio do *Variance Inflation Factor* (VIF) ou fator de inflação da variância, que objetiva garantir que não há multicolinearidade entre as variáveis independentes, pois a existência de multicolinearidade afeta o relacionamento entre as variáveis, fazendo com que os valores sejam inflados e distorcidos dentro da regressão (KOTHARI, 2015). Os resultados do teste VIF foram reportados na Tabela 2 e atendidos conforme literatura, que preconiza valor de VIF inferior a 10.

Por fim, analisou-se o pressuposto da independência dos resíduos (aleatoriedade) para observar se há autocorrelação entre os resíduos das variáveis (FIELD, 2009). Nesta análise

adotou o teste de Durbin-Watson (DW), atestando que os resíduos adjacentes não são correlacionados. Conforme o teste, verificou-se ausência de autocorrelação dos resíduos, pois o valor encontrado ($DW = 0,812$) é inferior a 2, conforme preconiza Field (2009). Após análise dos pressupostos verificados para atestar a funcionalidade do modelo, o passo seguinte foi realizar a análise inferencial da regressão, apontado na Tabela 2.

Tabela 2 - Resultados da regressão

Variável Preditora	Coefficientes Padronizados (Beta)	Estatística <i>t</i>	<i>p</i> -valor	Estatísticas de Colinearidade (VIF)
(Constante)	----	10,122	0,000***	
DCEO	0,062	0,683	0,496	1,074
CADM	-0,278	-2,288	0,024**	1,912
IDEC	-0,068	-0,687	0,494	1,259
NGC	0,240	2,394	0,018**	1,297
CFIS	-0,203	-1,896	0,061*	1,488
DIGE	-0,103	-1,094	0,276	1,155
CAUD	0,254	2,354	0,020**	1,507
TPAR	0,122	1,268	0,208	1,202
DAUD	0,007	0,073	0,942	1,228

Estatística F = 2,850 ([9, 104], p -valor < 0,05)

$R^2 = 0,198$

R^2 Ajustado = 0,128

Nº de observações = 114

Nível de significância: ***1%; **5%; *10%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme a Tabela 2, os resultados obtidos mostram que as variáveis DCEO, IDEC, DIGE e DAUD não apresentam influência significativa sobre o desempenho financeiro; pois, apresentam um p -valor acima dos níveis de significância. Assim, os resultados divergem dos achados de (SILVEIRA, 2002; SILVA; MARTINS 2015; DANI *et al.*, 2017; TEIXEIRA; TEIXEIRA; TEIXEIRA, 2017), os quais encontraram uma relação significativa entre essas variáveis e o desempenho. Então, são rejeitadas as hipóteses H1, H3, H6 e H9. Quanto a variável TPAR, o resultado encontrado vai no mesmo sentido que outros trabalhos (BATISTA *et al.*, 2009; De Arruda *et al.*, 2012) que encontraram uma não significativa influência dos tipos de pareceres de auditoria no desempenho financeiro. Portanto, confirma-se a hipótese H8.

Observando o coeficiente padronizado (Beta) de -0,278 e o p -valor de 0,024, A variável CADM apresentou uma significativa e negativa influência sobre o desempenho dos bancos, esse resultado é similar ao encontrado por Ujunwa (2012), o qual implica em influência negativa do tamanho do conselho de administração na performance financeira. Porém, diverge dos achados

de Andrade *et al.* (2009) que encontra uma relação significativa e positiva. Nesse contexto, a hipótese H2 é aceita.

A variável NGC apresentou um coeficiente padronizado (Beta) de 0,240 e *p*-valor de 0,018. Portanto, conclui-se uma influência positiva e significativa sobre o desempenho, esse resultado é semelhante ao encontrado por Almeida *et al.* (2018). Dessa forma, a hipótese H4 é confirmada. A CFIS é outra que apresentou influência significativa, a relação é negativa e diverge dos achados de Toigo *et al.* (2018) que também infere uma associação significativa, porém, positiva entre o tamanho do conselho fiscal e o desempenho. Assim, é confirmada a hipótese H5.

Sobre auditoria, a CAUD apresentou um coeficiente padronizado (Beta) de 0,254 e *p*-valor de 0,020. Portanto, foi a única variável analisada que apresentou uma relação significativa e positiva com o desempenho. Esse resultado encontrado é similar a outros estudos (Bouaziz, 2014; Diniz Filho; Souza, 2018). Portanto, a hipótese H7 é confirmada. No geral, o R^2 Ajustado foi de 0,128; o que implica que o modelo explica 12,8% do desempenho financeiro. Dessa forma, o estudo encontra que, ao todo, a GC e auditoria explicam parte do desempenho dos bancos brasileiros, conforme os dados e corte temporal analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi analisar a influência das características da governança corporativa e da auditoria no desempenho financeiro de 19 bancos brasileiros listados na [B]³, entre 2017 e 2022. De acordo com os resultados encontrados, observou-se uma pequena influência da GC e da auditoria no desempenho financeiro de bancos. Apesar disso, algumas características como tamanho do conselho de administração, nível de GC, tamanho do conselho fiscal e tamanho do comitê de auditoria apresentaram resultados significativos e influenciam a variável desempenho financeiro.

Os resultados implicam uma relação positiva entre a existência e tamanho do comitê de auditoria a performance empresarial. Tal relação justifica-se, visto que, esse existe para garantir a qualidade das informações divulgadas aos *stakeholders* (BUTLER; RIBSTEIN, 2006), mitigando a possibilidade de fraudes e mal uso dos recursos (MILAKAWAI, 2018). Ademais, os resultados mostram que quanto maior o nível de GC as empresas obtêm melhor elas desempenham financeiramente. Portanto, a implementação do comitê de auditoria e uma maior adoção de práticas de GC são ferramentas a serem analisadas na busca da maximização do desempenho financeiro.

Como limitação de pesquisa, os resultados encontrados mostram as influências da GC e da auditoria no desempenho de uma amostra do setor bancário brasileiro; assim, não é possível a generalização dos resultados para outros segmentos econômicos. Assim, sugere-se que essa relação seja analisada em outros setores da economia. Ademais, sugere-se também que novas pesquisas incluam novas variáveis a serem analisadas.

REFERÊNCIAS

ADHIKARY, Bishnu Kumar; KOJI, Kojima; TRAM, Le. Corporate Governance and Firm Performance: A Comparative Analysis between Listed Family and Non-Family Firms in Japan. **Risk and Financial Management**. v. 13, p. 215-235. 2020.

AKERLOF, George A. The market for lemons: quality uncertainty and the market mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

AL-BAIDHANI, Ahmed Mohsen. Review of corporate governance bundle. **Corporate Ownership & Control**, v. 11, n. 4, p. 236-241, 2014.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANDRADE, Lélis Pedro et al. Governança corporativa: uma análise da relação do conselho de administração com o valor de mercado e desempenho das empresas brasileiras. **RAM-Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 4, p. 4-31, 2009.

ARRUDA, Marcelo Paula et al. Repercussão do anúncio dos pareceres de auditoria no preço das ações das companhias abertas. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 4, n.1, p. 230-250, 2012.

ASSUNÇÃO, Renata Rouquayrol; LUCA, Márcia Martins Mendes De; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de. Complexidade e governança corporativa: uma análise das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, p. 213-228, 2017.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 2. d. São Paulo: Atlas, 2012.

ATTIE, William. **Auditoria interna**. Atlas, 1987.

BATISTA, Cleibson Gonçalves. **O impacto dos pareceres de auditoria na variação do preço das ações preferenciais das empresas listadas na BOVESPA**. 2009. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - FECAP, São Paulo, 2009.

BATISTELLA, Ana Julia; KRUGER, Silvana Dalmutt; MOURA, Geovanne Dias. Influência da governança corporativa e da auditoria no desempenho de companhias abertas. **Race, Joaçaba**, v. 21, n. 1, p. 77-100, 2022.

BATISTELLI, Camila; GROTO, Elisabete; EINSWEILER, André Carlos; PICCOLI, Márcio Roberto. Influência Da Governança Corporativa No Desempenho Das Empresas Listadas No Índice IBRX100. **Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, 2020.

BIANCHI, Márcia et al. A evolução e o perfil da governança corporativa no Brasil: Um levantamento da produção científica do ENANPAD entre 1999 e 2008. **ConTexto**, v. 9, n. 15, 2009.

BOWMAN, Edward H.; HELFAT, Constance E. Does corporate strategy matter?. **Strategic management journal**, v. 22, n. 1, p. 1-23, 2001.

BORGES, Wemerson Gomes. **Características do comitê de auditoria e desempenho**

econômico de companhias brasileiras de capital aberto. 2016. Dissertação (Mestrado em contabilidade) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria.** Atlas, 2002.

BRAUNBECK, Guillermo Oscar. **Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil.** 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

BUTLER, Henry N.; RINSTEIN, Larry E. The Sarbanes-oaxley debacle: how to fix and what we've learned. AEI Press 2006; Chapman University Law Reserach Paper n. 06-15, 2006.

CATAPAN, Anderson. **Análise da relação entre a governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro de empresas de capital aberto do brasil.** 2011. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CATAPAN, Anderson; COLAUTO, Romualdo Douglas; BARROS, Cláudio Marcelo Edwards. A relação entre a governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro de empresas de capital aberto no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 16, n. 2, p.16-30, 2013.

CHANEY, Paul K; FACCIO, Mara; PARSLEY, David. The quality of accounting information in politically connected firms. **Journal of Accounting and Economics**, v. 51, n. 1-2, p. 58-76, 2011.

CHIAPPIN, Márcia Almeida. **Relação entre governança corporativa e desempenho econômico-financeiro: uma análise em empresas listadas na bm&fbovespa.** 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

CUNHA, Paulo Roberto et al. Características do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados: um estudo nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 22, p. 15-25, 2014.

CUSTÓDIO, Marcos Aurélio et al. Caracterização da governança corporativa no Brasil e a importância da evidenciação nos informes contábeis. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.** 2006.

DANI, Andréia Carpes et al. Características do conselho de administração e o desempenho empresarial das empresas listadas no novo mercado. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade.** V. 07, n. 1, p. 29-47, 2017.

DE JESUS BRAVOSI, Jéssica; DOS SANTOS, Silvana Duarte. **Considerações acerca da Auditoria Interna e Externa.** 2013.

DE JESUS LAMEIRA, Valdir et al. Governança corporativa: impactos no valor das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 42, n. 1, p. 64-73, 2007.

DOS SANTOS SANT'ANA, Naiara Leite et al. **Análise da relação entre auditoria, governança e desempenho financeiro.** 2019.

DROBETZ, Wolfgang; SCHILLHOFER, Andreas; ZIMMERMANN, Heinz. Corporate

Governance and Expected Stock Returns: Evidence from Germany. **European Financial Management**. v. 20. p. 267-293. 2004.

FERREIRA, Catarina; MORAIS, Ana Isabel. Análise da relação entre características das empresas e os key audit matters divulgados. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 31, n. 83, p. 262-274, 2020.

FERREIRA, Roberto do Nascimento. **Governança Corporativa e desempenho: Uma análise em empresas brasileiras de capital aberto**. 2012. Dissertação (Graduação em administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG, 2012.

FILHO ALBUQUERQUE, Antônio Rodrigues. Influência da Governança Corporativa e da intangibilidade no desempenho das maiores empresas brasileiras. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO FACES JOURNAL**, v. 18, n. 4, p. 25-43, 2019.

FONSECA, Simone Evangelista; SOUZA, Antônio Artur de; MARTUCHELI, Camila Teresa. qualidade das informações contábeis, governança corporativa e desempenho financeiro: uma análise comparativa de empresas brasileiras e francesas. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. v. 21, p. 1-18. Florianópolis, 2022.

FRANCO, Hilário.; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 2ª edição, Atlas. São Paulo, 1982.

FRANCO, Hilário.; MARRA, Ernesto. Auditoria contábil. Atlas. São Paulo, 2009.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4ª edição, Atlas. São Paulo, 2003.

FRANCO, Julián Benavides; PEÑA, Héctor Fabio Perafán; VÁQUIRO, Natalia Escoba. Gobierno corporativo y desempeño financiero: conceptos teóricos y evidencia empírica. **cuad. Contab**. v. 17, p. 203-254. Bogotá, Colombia, 2016.

GOMPERS, Paul A; ISHII, Joy L; METRICK, Andrew. Corporate governance and equity prices. **Quarterly Journal of Economics**. v. 118(1). p. 107-155, February 2003.

IBRACON. **Normas Internacionais de Auditoria**. São Paulo: Ibracon, 1998.

JENSEN, Michael C; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JUND, Sérgio. **Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos**. 9ª edição. Consulex. Rio de Janeiro, 2007.

KIMURA, Herbert; KAYO, Eduardo Kazuo; PERERA, Luiz Carlos Jacob; KERR, Roberto Borges. Estudo da influência da Governança Corporativa e do ambiente institucional dos países na lucratividade das empresas. **Revista Base (Administração e Contabilidade)**. vol. 9, núm. 2, 2012.

LELAND, Hayne E; PYLE, David H. Informational asymmetries, financial structure and financial intermediation. **The Journal of Finance**, v. 32, n. 2. 1977.

LÉLIS, Débora Lage Martins; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Percepção de Auditores e

Auditados sobre as Práticas de Auditoria Interna em uma Empresa do Setor Energético. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 60, p. 212-222, 2012.

LOUZADA, Luiz Cláudio. **Relação entre a vantagem competitiva e o desempenho operacional da firma a partir do uso de métricas das demonstrações contábeis**. 2015.

MILAKAWAI, Marcos. **Conselho fiscal e comitê de auditoria na companhia aberta: Atuação no contexto brasileiro de governança corporativa**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - USP, São Paulo, 2018.

MISANGYI, Vilmos F. et al. A new perspective on a fundamental debate: A multilevel approach to industry, corporate, and business unit effects. **Strategic Management Journal**, v. 27, n. 6, p. 571-590, 2006.

MOORE, Wayne G.; HODGSON, David. **The joint audit approach**. **Internal Auditor**, v. 50, n. 4, p. 14-17, 1993.

OLIVEIRA, Kallyse Priscila Soares de. **Assimetria Informacional, qualidade da informação contábil e governança corporativa: Características institucionais e organizacionais no mercado de capitais brasileiro**. 2013. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - UnB/UFPB/UFRN, 2013.

ONU – Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. 49 p. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em abril 2020.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida; GORETH, Maria. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1999.

PENEDO, Antônio Sérgio Torres; TAVARES, Vitor Borges. Níveis de Governança Corporativa da B3: interesse e desempenho das empresas - uma análise por meio das redes neurais artificiais. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 1, p. 40-62, 2018

PEIXOTO, Fernando Maciel et al. Governança corporativa e crises: mecanismos importantes durante ciclos econômicos. **Revista Ciência da Administração**, v. 16, n. 39, p. 119-133, 2014.

RENARD, Jacques et al. **Teoria si practica auditului intern**. 2003.

RIBEIRO, H. C. M.; SANTOS, M. C. D. Perfil e Evolução da Produção Científica do Tema Governança Corporativa nos periódicos Qualis/Capes Nacionais: Uma Análise Bibliométrica e de Redes Sociais. **Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília**, v. 18, n. 3, p. 4-27, set./dez. 2015.

SANTOS, Evelyn; OLIVEIRA, Neylane dos Santos; CONCEIÇÃO, Mirian Gomes. Características dos Pareceres de Auditoria Independente emitidos sobre as Demonstrações Contábeis das empresas do setor agropecuário listadas na BM&F BOVESPA. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 10, n.2, p. 15-31, 2018.

SANTOS, Franklin. **Auditoria contábil**. Clube de Autores, 2011.

SANTOS, Isabela Dalmolin; MYSZAK, Stéfani Carolini Dal Magro. **A relação entre a participação feminina no conselho de administração e comitê de auditoria e o desempenho das empresas brasileiras de capital aberto**. 2019. Dissertação (Bacharel em Contabilidade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019.

SENHORAS, Elói Martins; TAKEUCHI, Kelly Pereira; TAKEUCHI, Katiuchia Pereira. A importância estratégica da governança corporativa no mercado de capitais: um estudo internacional comparado. **III Seget-Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2006.

SILVA JÚNIOR, Claudio Pilar; MARTINS, Orleans Silva. Mulheres no conselho afetam o desempenho financeiro? Uma análise da representação feminina nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v.12, n.1, 2017.

SILVA, Thiago Bruno de Jesus; SANTOS, Cleston Alexandre dos; CUNHA, Paulo Roberto da. Relação entre o desempenho econômico-financeiro e o relatório de auditoria dos clubes de futebol brasileiros. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 7, n. 3, p. 177-200, set./dez. 2017.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. 2002. 165 f. Tese (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, Thyago Monte; DINIZ FILHO, José Washington de Freitas. Uma análise dos impactos da governança corporativa e do comitê de auditoria no desempenho de instituições financeiras brasileiras. **RAGC**, v. 6, n. 24, p. 55-70, 2018.

TINOCO, José Eduardo Prudêncio; ESCUDER, Sergio Antônio Loureiro; YOSHITAKE, Mariano. O conselho fiscal e a governança corporativa: transparência e gestão de conflitos. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, n. 16, p. 175-201, jul./dec. 2011.

TOIGO, Leandro Augusto; HEIN, Nelson; KROENKE, Adriana. Características predominantes dos mecanismos de governança corporativa e desempenho pós-fusões e aquisições no Brasil. **Enfoque: Reflexão contábil**, v.37, p. 85-104, 2018.

TONETTI, Silvana. **Governança corporativa e desempenho financeiro**. 2016. Monografia (MBA) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

TRISCIUZZI, Carlos Renato Fontes. **A auditoria interna como ferramenta de melhoria dos controles internos de uma organização: Estudo de caso em uma empresa do segmento industrial do Rio de Janeiro**. 2009. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VIEIRA, Carlos André Marinho; MARTINS, Orleans Silva. Influência da estrutura do conselho de administração e do controle corporativo no turnover do CEO das empresas abertas no Brasil, v. 15, n. 34, p. 181-201, 2018.

VILHENA, Felipe Augusto Costa de; CAMARGOS, Marcos Antônio. Governança Corporativa, criação de valor e desempenho econômico-financeiro: Evidências do mercado brasileiro com dados em painel, 2005-2011. **REGE**. v. 22, n. 1, p. 77-96. São Paulo, 2015.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital

markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 405–440, 2001.

YARGUI, Nicole Takasawa; NARDI, Paula Carolina Ciampaglia. Análise da influência do *audit delay* no retorno das ações e no custo da dívida de empresa brasileira de capital aberto. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 18, n. 46, p. 113-130, jan/mar, 2001.

ZHANG, Jian; PANY, Kurt. Current research questions on internal control over financial reporting under Sarbanes-Oxley. **The CPA Journal**. V. 78, n. 2, fevereiro de 2008.